

FITOTERÁPICOS NO SUS: UMA PESQUISA DAS PRÁTICAS DE DE PRESCRIÇÃO E ADESÃO EM ANÁPOLIS, GOIÁS

Mauro Batista de Amorim Silva Junior¹

Josana de Castro Peixoto¹

Wesley de Almeida Brito¹

Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA¹

RESUMO

Introdução: A fitoterapia é reconhecida como prática integrativa no Sistema Único de Saúde (SUS), mas ainda existe discrepância entre o uso popular e a prescrição médica. **Objetivo:** Investigar a percepção de médicos e pacientes sobre o uso e a prescrição de fitoterápicos em Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Anápolis–GO. **Metodologia:** Estudo descritivo, transversal, realizado entre 2024 e 2025, com 13 médicos e 83 pacientes de cinco UBS. Os dados foram coletados por questionários estruturados e analisados por estatística descritiva e testes de associação, com significância de 5% ($p < 0,05$). **Resultados:** Entre os médicos, 53,8% prescrevem fitoterápicos ocasionalmente, 38,5% raramente e 7,7% nunca prescrevem. As principais barreiras relatadas foram falta de informação científica (53,8%), carência de capacitação (46,2%) e preocupações com segurança (46,2%). Apesar disso, 84,6% defendem sua inclusão no currículo acadêmico e 76,9% participariam de treinamentos. Entre os pacientes, 74,7% relataram já ter utilizado fitoterápicos, principalmente na forma de chás (66,3%). Os motivos mais citados foram complemento ao tratamento convencional (48,2%), baixo risco (38,6%) e custo reduzido (33,7%). A maioria avaliou positivamente a eficácia (66,3% notas ≥ 7) e 55,4% participaria de programas de fitoterapia no SUS. **Conclusão:** Observa-se um descompasso entre a baixa prescrição médica e a ampla aceitação popular dos fitoterápicos, mas também abertura para maior integração. Protocolos clínicos, capacitação profissional e apoio institucional são fundamentais para consolidar essa prática na Atenção Primária.

Palavras-chave: Fitoterapia; Atenção Primária; Médicos; Pacientes.

INTRODUÇÃO

A fitoterapia é uma prática milenar amplamente utilizada em diferentes culturas e reconhecida pela Organização Mundial da Saúde como recurso complementar no cuidado em saúde. No Brasil, foi incorporada ao Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), com o objetivo de ampliar o acesso da população a terapias seguras, efetivas e de baixo custo.

Apesar dessa regulamentação, observa-se no cotidiano da Atenção Primária à Saúde (APS) uma discrepância entre o uso popular dos fitoterápicos e sua prescrição médica formal. Esse paradoxo é ainda mais marcante em um país que concentra cerca de 20% da flora mundial, com destaque para a Amazônia como maior reserva

de produtos naturais do planeta (CHEROBIN et al., 2022). Enquanto a população frequentemente recorre a chás, extratos e preparações tradicionais, motivada por fatores culturais, econômicos e pela percepção de segurança, muitos médicos ainda demonstram resistência ou desconhecimento em relação a esse recurso terapêutico.

Estudos nacionais apontam que as principais barreiras à adoção da fitoterapia pelos profissionais incluem a ausência de protocolos clínicos padronizados, a falta de capacitação específica durante a formação acadêmica e preocupações relacionadas à segurança e eficácia. Essa lacuna pode comprometer a integração de saberes e dificultar a implementação de práticas resolutivas que atendam às demandas locais. Nesse cenário, políticas específicas de incentivo e padronização são fundamentais para fortalecer o acesso da população a práticas fitoterápicas no SUS (OSHIRO et al., 2016).

Diante desse contexto, faz-se necessário investigar a percepção de médicos e pacientes em nível municipal, de modo a identificar barreiras, potencialidades e perspectivas de fortalecimento da fitoterapia no SUS.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, de delineamento transversal, com abordagem quantitativa. A pesquisa foi realizada entre 2024 e 2025 em cinco Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Anápolis–GO.

A amostra foi composta por 13 médicos atuantes nas UBS selecionadas e 83 pacientes atendidos nesses serviços. Os participantes foram escolhidos por conveniência, respeitando critérios de inclusão relacionados ao vínculo com a unidade e à disponibilidade para responder aos questionários.

Foram aplicados instrumentos estruturados e específicos para cada grupo: um questionário direcionado aos médicos, abordando frequência de prescrição, barreiras percebidas, benefícios atribuídos e interesse em capacitações; e outro aos pacientes, incluindo questões sobre uso, formas de consumo, motivos para adesão, percepção de eficácia e segurança. Os questionários foram desenvolvidos com base em pesquisas e estudos anteriores. (MATTOS, G. et al., 2018; SANTOS, I. et al., 2022). As análises estatísticas foram realizadas em software específico.

Os dados foram organizados em planilhas eletrônicas e analisados por estatística descritiva, com cálculo de frequências absolutas e relativas. Foram aplicados testes de associação (Qui-Quadrado e Exato de Fisher) para explorar possíveis relações entre variáveis, adotando-se nível de significância de 5% ($p < 0,05$).

A pesquisa respeitou os preceitos éticos da Resolução CNS 466/2012, incluindo consentimento livre e esclarecido dos participantes, e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UniEVANGÉLICA.

RESULTADOS

Entre os médicos, verificou-se que 53,8% relataram prescrever fitoterápicos apenas ocasionalmente, 38,5% raramente e 7,7% nunca os prescreviam. Nenhum declarou prescrição frequente ou constante. As principais barreiras apontadas foram: falta de informação científica atualizada (53,8%), carência de conhecimento sobre protocolos de uso (46,2%), preocupações com segurança e possíveis efeitos adversos (46,2%) e indisponibilidade regular desses medicamentos nas UBS (38,5%). Esses achados são compatíveis com a literatura, que também identifica a falta de protocolos clínicos claros e a escassez de capacitação profissional como obstáculos recorrentes à prática da fitoterapia no Brasil (BRANDÃO, 2011).

Entre os pacientes, 74,7% relataram já ter feito uso de fitoterápicos em algum momento, sendo o chá a forma mais utilizada (66,3%), seguido de extratos e cápsulas industrializadas (20,5%). Os principais motivos para utilização foram: complemento ao tratamento convencional (48,2%), percepção de baixo risco de efeitos colaterais (38,6%) e custo reduzido (33,7%). Quanto à eficácia percebida, 42,2% atribuíram notas entre 7 e 8, enquanto 24,1% atribuíram notas entre 9 e 10. Além disso, 55,4% dos entrevistados demonstraram interesse em participar de programas estruturados de fitoterapia no SUS.

Os resultados apontam, portanto, para um contraste entre a baixa adesão médica e a ampla aceitação popular, mas também para uma abertura de ambos os lados em relação à integração da prática, desde que existam condições institucionais adequadas.

CONCLUSÃO

O estudo revelou um descompasso entre a prática médica e a prática popular em relação aos fitoterápicos. Enquanto os pacientes demonstram grande receptividade e utilizam regularmente essas terapias, os médicos ainda prescrevem de forma limitada, sobretudo em função de barreiras institucionais e de formação.

Contudo, a disposição dos profissionais em receber capacitação e a elevada aceitação dos pacientes indicam que a fitoterapia pode ser consolidada como estratégia viável na Atenção Primária à Saúde, desde que respaldada por protocolos clínicos, políticas públicas de incentivo e oferta adequada nas UBS.

Dessa forma, o fortalecimento da fitoterapia no SUS pode contribuir para práticas mais integrais, culturalmente sensíveis e economicamente sustentáveis, alinhadas aos princípios do cuidado humanizado e da integralidade em saúde. Além disso, a literatura reforça que a medicina dos fitoterápicos e das plantas medicinais constitui alternativa eficaz para cuidados básicos, podendo ser utilizada em conjunto com métodos convencionais, especialmente para populações com recursos financeiros limitados (BRUNING; MOSEGUI; VIANNA, 2012).

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi desenvolvido com apoio da Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA, por meio do Programa de Iniciação Científica. Agradecemos ainda aos docentes orientadores e coorientadores pelo acompanhamento e suporte acadêmico, bem como às Unidades Básicas de Saúde e aos participantes da pesquisa pela colaboração e disponibilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, A. Fitoterapia no SUS: dificuldades e possibilidades. **Revista Pharmacia Brasileira**. Brasília/DF, v. 81, n.2 p.1-28, 2011.

BRUNING, M. C. R.; MOSEGUI, G. B. G.; VIANNA, C. M. DE M. A utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu - Paraná: a visão dos profissionais de saúde. **Ciencia & saude coletiva**, v. 17, n. 10, p. 2675–2685, 2012.

CHEROBIN, F. et al. Plantas medicinais e políticas públicas de saúde: novos olhares sobre antigas práticas. **Physis (Rio de Janeiro, Brazil)**, v. 32, n. 3, 2022.

MATTOS, G. et al. Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais. **Ciencia & saude coletiva**, v. 23, n. 11, p. 3735–3744, 2018.

OSHIRO, M. C. et al. A evolução do registro e prescrição de fitoterápicos no Brasil sob a perspectiva legal e sanitária. **Vigilância Sanitária em Debate**, v. 4, n. 4, 2016.

SANTOS R, L.; GUIMARAES, G. P.; NOBRE M, S. C. Análise sobre a fitoterapia como prática integrativa no Sistema Único de Saúde. **Revista Brasileira de Plantas Medicinai**s, p. 486–491, 2011.